

PESSOAS QUE USAM CRACK E SUA MICROTERRITORIALIDADE NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM (PA): DA CENA DE USO À GEOGRAFICIDADE PRECÁRIA NO ESPAÇO PÚBLICO

People who use crack and their microterritoriality in the Historic Center of Belém (PA): from the scene of use to the precarious geographicity in the public space

Alan Pereira Dias¹

RESUMO

Este artigo versa sobre as cenas abertas de uso de crack e/ou similares no Centro Histórico de Belém (CHB), agrupamentos e apropriações do espaço público que gravitam em torno dessas substâncias psicoativas. A partir de trabalhos de campo e entrevistas com quatro pessoas que compõe as cenas, intenta-se compreender o sentido da microterritorialidade (Holzer, 2013; Souza, 2013; Turra Neto, 2013) constituída pelos sujeitos, a partir de sua geographicidade (Dardel, 2005). As cenas de uso no CHB estão imersas em um contexto que Castel (1997) denomina de desfiliação social. A forma de sociabilidade (Simmel, 1983) é marcada pela “parceria”: frágeis relações de confiança e um limitado sistema de tipificação (Schutz, 1979). Os microterritórios constituem refúgios precários e tensionados para os que estabelecem uso prejudicial de drogas, seus limites se revelam pela presença corporal e pertences, sobretudo papelões, mas também pelo estigma que acompanha os corpos e práticas, afastando os “outros”.

Palavras-chave: Uso de crack. Microterritorialidade. Geographicidade. Desfiliação.

ABSTRACT

This paper deals with open scenes of crack and/or similar use in the Historic Center of Belém (CHB), groups and appropriations of public space that gravitate around these psychoactive substances. Based on field work and interviews with four people who make up the scenes, we try to understand the meaning of microterritoriality (Holzer, 2013; Souza, 2013; Turra Neto, 2013) constituted by the subjects, based on their geographicity (Dardel, 2005). Scenes of use at CHB are immersed in a context that Castel (1997) calls social disaffiliation. The form of sociability (Simmel, 1983) is marked by “partnership”: fragile relationships of trust and a limited typification system (Schutz, 1979). The microterritories are precarious and tense refuges for those who establish harmful drug use, their limits are revealed by the bodily presence and belongings, especially cardboard, but also by the stigma that accompanies the bodies and practices, alienating the “others”.

Key words: Crack use. Microterritoriality. Geographicity. Disaffiliation.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). alan-lp@hotmail.com.

✉ Rua Augusto Corrêa, Campus Universitário do Guamá, Belém, PA. 66075110.

INTRODUÇÃO

O crack é uma droga estimulante obtida a partir da mistura da pasta base de coca ou cocaína em estado sólido, conhecida popularmente como “pedra”, seu uso tem ganhado destaque no debate público brasileiro, sobretudo, devido a grande visibilidade de seu uso em espaços públicos de diversas metrópoles brasileiras, com a constituição de “cracolândias”, como são identificadas pejorativamente no senso comum (Araujo, 2017). Como expõem Frúgoli Jr.; Cavalcanti (2013), a cidade de São Paulo foi precursora deste fenômeno, de onde emerge a nomenclatura, porém, como destacam os autores o termo “cracolândia” se tornou generalizado, inclusive sendo usado no plural em algumas cidades, o que exige uma significativa atenção quanto à sua polissemia, evitando um possível excesso de significados.

Os similares do crack são a pasta base, merla (ou melado) e o óxi, que também derivam da folha de coca e possuem a mesma composição básica. Além disso, são comprados na forma de pedra e geralmente fumados com o auxílio de cachimbo, variando apenas com relação aos diversos produtos químicos utilizados na sua preparação. Estas outras drogas compõem a rotina de pessoas que usam crack, visto que na ausência de exames toxicológicos e se tratando de um mercado ilegal, muitas vezes as denominações se confundem e/ou se sobrepõem (Bastos; Bertoni, 2014). Segundo Araujo (2017), análises feitas por peritos químicos da Polícia Federal revelaram que o óxi não é uma nova droga, na verdade trata-se de formas diferentes de apresentação típicas da cocaína, que em geral se tratam de crack.

Na cidade de Belém este fenômeno é identificado em Matérias jornalísticas como: “Centro de Belém cede espaço para a cracolândia”

(Diário Online, 2013) e “Cracolândias se espalham por ruas e bairros de Belém” (ORM, 2017); que apontam a existência de cenas de uso dessas substâncias psicoativas, com a constituição de “cracolândias” na área central, em particular nos bairros Cidade Velha e Campina (conhecido popularmente como “comércio”), bairros antigos com funções comerciais, portuárias, de serviços, residencial e de importância turística, que compõem o Centro Histórico de Belém (CHB). Estes bairros geralmente são retratados como deteriorados no discurso político, justificando intervenções pontuais no intuito de requalificação, com base em processos de gentrificação do consumo e de frequência (Trindade Jr.; Amaral, 2006). A partir disso, emerge uma questão: o que motiva o estabelecimento de permanências e apropriações de fragmentos do espaço público do CHB, por pessoas que usam crack e/ou similares?

Neste sentido, o presente texto intenta compreender o sentido da microterritorialidade (Holzer, 2013; Souza, 2013; Turra Neto, 2013) constituída por pessoas que fazem uso de crack e/ou similares no CHB a partir de sua geograficidade, a relação concreta que liga o homem ao seu espaço, como modo de sua existência (Dardel, 2005). Uma reflexão e esforço de síntese que emerge da dissertação “A experiência espacial de pessoas que usam crack e/ou similares no Centro Histórico de Belém-PA: territorialidade e lugaridade no espaço público” (Dias, 2021)¹, um estudo de caso, com inspirações fenomenológicas e etnográficas. O aporte metodológico envolveu trabalhos de campo, com observação participante (de julho de 2019 a março de 2020, com imersão em diversas cenas de uso, desenvolvendo interações com os grupos) e entrevistas em

¹ Trabalho orientado pela Prof^a. Dr^a. Simaia do Socorro Sales das Mercês, no Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido (PPGDSTU).

profundidade com quatro pessoas que compunham o contexto, “Junior”, “Buarque”, “Manuel” e “Jonas”².

Em Dias (2021) buscou-se a microterritorialidade a partir do lugar, de certa maneira, seguindo a tese de Holzer (2013). Dessa forma, o trabalho imergiu no cotidiano dos sujeitos, onde a microterritorialidade emerge do *ethos* das pessoas que usam crack e/ou similares, de suas microunidades relacionais (Perlongher, 1987) evidenciando a diferença propriamente antropológica, as sociabilidades (Simmel, 1983) e o conhecimento comum que denota a intersubjetividade (Schutz, 1979a), assim como as normas e tensões, tanto externas (sociedade geral), como internas ao grupo, as relações de poder.

O (MICRO)TERRITÓRIO E A GEOGRAFIA DE INSPIRAÇÃO FENOMENOLÓGICO—EXISTENCIAL

Na geografia o conceito de território possui uma trajetória que abarca desde perspectivas mais tradicionais, tendo por referência o Estado e sua política – uma visão “hipostasiada”, se referindo as relações humanas com grandes porções do espaço –, assim como perspectivas contemporâneas, que abarcam as diversas territorialidades cotidianas, que não se reduzem ao nível institucional (Souza, 1995). Segundo De Paula (2011) a perspectiva do território em um sentido relacional³ desenvolvida em fins do século XX,

² O uso de pseudônimos visa proteger os interlocutores, visto que em seus relatos abordam não só situações de precariedade e estigmatização, mas também práticas que podem ser qualificadas como ilegais, como o porte e uso de crack e seus similares.

³ Segundo Haesbaert (2012), de maneira abrangente, esta perspectiva compreende o território enquanto constituído de relações sociais e históricas, para alguns geógrafos tendo como elemento essencial, ou principal as relações de poder.

possibilitou abordagens que abarcam uma dimensão vivida, tal qual por comunidades, grupos e até mesmo no nível do indivíduo. Apesar das diversas concepções que orientam tais abordagens, a autora ressalta a ausência de diálogos com fenomenologia.

No presente item intento expor as opções teórico-conceituais estabelecidas na dissertação (Dias, 2021), que contribuíram na imersão e compreensão do contexto das cenas de uso de crack e/ou similares e a partir disso conceber uma perspectiva de seu microterritório. Não se trata de um tipo de revisão extensa acerca do conceito de território, mas de um esboço de ideias para um olhar fenomenológico-existencial da microterritorialidade⁴, em diálogo com geógrafos e influências oriundas da microsociologia e antropologia.

O esboço que aqui se intenta, acompanha algumas proposições de Turra Neto (2013), que em um esforço de apresentação da temática da microterritorialidade na geografia, expõe que esta agrupa pesquisas de diversas orientações teórico-metodológicas, mas que em geral abarcam grupos sociais que possuem alteridades invisibilizadas, suas respectivas espacialidades, práticas e estratégias de uso e ocupação de pequenas porções do espaço urbano. Ainda que recente e difusa, o autor estabelece três pontos e desafios centrais de confluência entre as diferentes perspectivas: 1) sua natureza interdisciplinar; 2) o significado da opção pelo conceito de território; 3) a questão da escala. Estes pontos, ainda que de maneira difusa e atravessada, que guiam a explanação a seguir.

Partindo da escala, o termo “micro” centra a vida cotidiana, a existência, ponto fundamental em Dias (2021), ao contrário

⁴ Para uma apreensão mais ampla acerca do conceito de território consultar Haesbaert (2012) e de maneira mais específica o trabalho de De Paula (2011), que estabelece um recorte das miradas fenomenológicas acerca do conceito.

de trabalhos anteriores⁵, visto que a partir de uma imersão mais profunda em modos de vida marcados pelo uso de substâncias psicoativas lícitas e/ou ilícitas, emergiram limitações de uma abordagem relacional, o que acabou por me aproximar de correntes fenomenológico-existenciais, para se pensar a microterritorialidade. Assim, são atingidas também a questão do método, da concepção filosófica, dos procedimentos metodológicos envolvidos e os estatutos de objetividade auferidos na pesquisa científica. Neste ponto, se oferece como alternativa, a postura sugerida por Dardel (2005) em “O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica”, ao formular uma geografia que superasse as bases embebidas no espírito moderno-ocidental, com sua inquietude metafísica voltada para a “Terra”, o “Espaço” e a “Matéria”, visando se instalar nas diversas dimensões do mundo exterior, através da medição, do cálculo e da análise, visto que:

[...] antes do geógrafo e de sua preocupação com uma ciência exata, a história mostra uma geografia em ato, uma vontade intrépida de correr o mundo, de franquear os mares, de explorar os continentes. Conhecer o desconhecido, atingir o inacessível, a inquietude geográfica precede e sustenta a ciência objetiva. Amor ao solo natal ou busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma **geograficidade** (*géographicité*) do homem como modo de sua existência e de seu destino (Dardel, 2015, p. 1-2, destaques no original).

A geograficidade expressa uma relação de ser humano enquanto presença insistente, pois o espaço geográfico é constituído de espaços diferenciados, que ganham sentido, singularidade a partir da mão do homem, como a cidade, a montanha, a floresta, etc.; o espaço geográfico tem nome próprio, horizonte, uma modelagem,

⁵ Como em Autores (2021) “Usuários de crack e/ou similares na área central de Belém-PA: microterritorialidade e precariedade no espaço público”.

cor, densidade, e de tal maneira, limita e resiste à ação humana. Assim, ante a esta presença, a linguagem do geógrafo deve sem dificuldade dirigir-se a imaginação, ir para além do discurso objetivo do erudito, transformar-se na linguagem poética (Dardel, 2005).

Em Dardel o espaço habitado transcende o espaço geométrico, uma perspectiva em consonância com fenomenologia existencial de Martin Heidegger, Maurice Merleau-Ponty e Gaston Bachelard. Uma fenomenologia da imaginação que não deve se contentar com uma redução que transforma as imagens em meios subalternos de expressão. É necessário viver diretamente as imagens, numa cooperação entre o real e o irreal (Serpa, 2019).

Inspirado nas proposições de Dardel, Holzer (2013) destaca que é a partir da geograficidade, do espaço primitivo, que derivam todos os conceitos espaciais. Nesse sentido os conceitos de lugar e território seriam essências espaciais que evidenciam modos de ser-no-mundo, tanto em uma perspectiva introspectiva e solitária quanto interativa e compartilhada.

Acerca do conceito de lugar, Holzer (1998) aponta que para os geógrafos humanistas é muito semelhante ao que fenomenólogos chamam de “mundo”. Ambas as concepções são constituídas pela consciência humana e por sua relação intersubjetiva com as coisas e os outros. Esta empreitada teve como pioneiros e principais representantes, resguardando as diferenças nas respectivas perspectivas, Yi-Fu Tuan, Edward Relph e Anne Buttimer.

Em Tuan (1980) o lugar é entendido enquanto o ambiente familiar, como o qual se estabelece a topofilia, elo afetivo constituído a partir da experiência pessoal. Como expõe o autor:

O termo topofilia associa sentimento com lugar. [...] O fato das imagens serem extraídas do meio ambiente não significa que o mesmo as tenha determinado, nem necessitamos acreditar

[...] que certos meios ambientes possuem o irresistível poder de despertar sentimentos topofílicos. O meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais. Os estímulos sensoriais são potencialmente infinitos: aquilo a que decidimos prestar atenção (valorizar ou amar) é um acidente do temperamento individual, do propósito e das forças culturais que atuam em determinada época (Tuan, 1980, p. 129).

Inspirado nessas formulações, Souza (2013) aponta que o lugar é um espaço dotado de significado, um espaço vivido que envolve identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas, as quais constituem imagens e sentidos dos lugares, configurando “topofilias” ou “topofobias”, imagens negativas, de afastamento, medo e repulsa. Para o autor o lugar não é uma “coisa”, não se reduz ao substrato espacial material, na verdade, só se estabelece enquanto durarem as relações sociais das quais são “projeções espacializadas”, ou seja, as imagens e sentidos.

Em texto posterior, Tuan (1993) destaca que é o movimento intencional e a percepção que possibilitam aos seres humanos um mundo familiar, com diferentes objetos no espaço, sendo o lugar um objeto de classe especial, um agregado de valor e no qual se poder morar. Ao vivenciarmos o lugar, estabelecendo permanências por um tempo considerável, constituímos sentimentos, valores e um conhecimento íntimo do mesmo. Assim, para o autor tais caracteres do lugar têm sua formação e sentido a partir da pausa no movimento pelo espaço.

Para Holzer (2013), ao contrário de Tuan, entende que a essência do lugar é o movimento, pois ele outorga espaços na medida em que podemos nos locomover, variar nossa intencionalidade e nossas ações a partir da propriedade de nos deslocarmos no espaço, ou melhor, de o corpo criar espaço a partir de seu deslocamento. Isso

não significa dizer que a pausa não influa nessa constituição, visto que a lugaridade (essência do lugar) expressa uma relação dialógica dos seres em movimento com lugares e caminhos, mobilidade e permanência. Sendo que é o movimento que nos permite mudar nossa intencionalidade e nossas ações.

Holzer (2013) propõe pensar o território atrelando-o ao lugar, apontando que a expressão mais visível da territorialidade é a lugaridade, que permite alcançar a essência do território. Nesta perspectiva, aponta que a essência do território é o limite, a fronteira, pois estes demarcam o corpo em oposição a outros corpos e coisas, como campos de força, barreiras invisíveis, mais que visíveis. Ao compartilharem mundos comuns, as pessoas constituem lugares, esses são demarcados para outros grupos, que compartilham outros mundos. Nesse sentido os territórios se apresentam como expressão espacial de uma identidade, de um comum-pertencer de determinado grupo, ou mesmo de um indivíduo, a partir dos lugares.

O entendimento do “limite” em Holzer (2013) é inspirado nas proposições do filósofo Heidegger, significando não onde algo termina, mas sim onde alguma coisa dá início a sua essência. O que é deixado ao limite de um espaçamento, do espaço, sendo resultante de uma arrumação. O que se correlaciona com Dardel (2005), para quem uma “fronteira” é oposição a uma liberdade humana, de maneira a afrontar ou de se sentir protegida por seus limites, onde um território só pertence a um grupo se este tem consciência de sua diferença em relação aos outros e se os estrangeiros o enxergam como terra estrangeira.

Serpa (2019) também problematiza os conceitos de lugar e território, sua operacionalização, tendo a geograficidade enquanto fio condutor. Para o autor

[...] lugar e território, antes de tudo, remetem a experiências geográficas que por vezes se distinguem, por vezes se aproximam, experiências que, por seu lado, carregam em si a marca do espaço vivido, revelando também que os conceitos utilizados em Geografia são “modos geográficos de existência” (Marandola Junior, 2012), que se realizam nas situações cotidianas, posteriormente abstraídas em representações do espaço [...] (Serpa, 2019, p. 61-62).

Para Serpa (2019) devemos nos indagar em que situações “somos”, nos manifestamos enquanto lugar e/ou território, quais as experiências primitivas que fundamentam o ser-no-mundo como lugar ou território. É no sentido deste intento que nossa exposição prossegue nos próximos itens, visando um aporte ôntico-ontológico para o lugar e o território, vinculado a espacialidade existencial, assim como as indicações que permitam orientar a investigação concreta. Ademais, este autor aponta para a necessidade de superar uma convenção entre os geógrafos, de que lugar é espaço vivido e território é espaço de poder, o que leva a generalizações e simplificações que não são suficientes para desvelar como estes se manifestam existencialmente enquanto experiência, antes de um exercício intelectual ou representação teórica.

Serpa (2019) expõe que as relações que se estabelecem entre os agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes são marcadas pelo predomínio (instável) da igualdade e da diferença. É na dialética entre diferença e igualdade que vai se estabelecer o lugar e o território como modos geográficos de existência, expressando uma dialética entre interior e exterior, tal como em Bachelard. O autor aponta que os modos de ser território e/ou lugar se evidenciam no espaço público, a partir das diferentes estratégias e táticas de apropriação no cotidiano, as quais

[...] podem se manifestar de maneira centrípeta (para dentro) e/ou centrífuga (para fora) quando se trata de intersubjetividade e modos de existência frente ao diferente e/ou ao igual (a mim). A forma como agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes vão reagir ao outro é, enfim, o que “ser lugar” ou “ser território” manifestam enquanto essência nas mais diversas escalas espaço-temporais. Quando nos voltamos intencionalmente para dentro e nos colocamos entre iguais ou quando estamos voltados para fora e entre diferentes é possível perceber a constituição de momentos e princípios existenciais dialeticamente relacionados, mas distintos enquanto manifestações do ser-no-mundo (Serpa, 2019, p. 63).

É importante ressaltar, que alguns geógrafos, que poderíamos enquadrar em uma perspectiva relacional, sinalizam a importância de aspectos de uma fenomenologia existencial ao pensar o conceito de território. Por exemplo, nos trabalhos de Souza (1995, 2013), os territórios são antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos, de tal forma que estes podem formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se, de modo relativamente rápido, não sendo necessária uma escala temporal de séculos ou mesmo décadas, sendo mais instáveis que estáveis, não sendo estáticos, mas imbuídos de mobilidade. Nas palavras do autor os territórios são:

[...] um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou comunidade, os *insiders*) e os outros (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (Souza, 1995, p. 86).

A perspectiva de Souza (1995) visa evidenciar as relações humanas no espaço para além do material, no entanto sem ignorar o mesmo, o que o autor chama de “descoisificar” o território, onde fronteiras e os limites podem vir a mudar, sem que a “materialidade” seja alterada.

Para o autor o poder é o elemento primordial do território, sendo o mesmo uma projeção espacial de poder. Em texto posterior o autor aponta que:

[...] [a] **noção intuitiva** de território. Ela tem a ver com limites, com fronteiras... enfim, com a projeção, no espaço, de um **poder** que se exerce e que demarca espaços bem diferentes: “meu (nosso) espaço” / “seu espaço (espaço de vocês).” Os fatores que estimulam essas demarcações (econômico, estratégico-militares etc.), a maneira como se chega a elas (argumentação, negociação, intimidação, imposição pela força) e o modo como elas são implementadas (menos ou mais excludentes, menos ou mais solidárias): tudo isso pode variar tremendamente. Assim como não há um único tipo de poder, tampouco há um único tipo de território. No entanto, uma coisa permanece: o território, mesmo sendo sempre considerado relativamente a uma porção material da superfície terrestre, **não se confunde inteiramente (ou propriamente) com ela** (Souza, 2013, p. 32-33, destaques no original).

Assim, nesta concepção o poder define o perfil do conceito de território, ou seja, o aspecto essencial é sua “dimensão política”, a qual é entendida em sentido amplo de “o” político (“Le politique, das politische”). Porém, o autor argumenta que isso não significa que a cultura ou a economia não componham o território. A dimensão cultural-simbólica se destaca, sobretudo, ao se pensar o território de pequenos grupos, enquanto um espaço de afirmação de identidades ou reprodução de uma subcultura. Ademais, nos diz que essas diferentes escalas e situações nos propõem pensar o conceito em sua dimensão cotidiana, do mundo da vida (*Lebenswelt*), fazendo referência a Schutz. Importantes para superar a “visão de sobrevôo”⁶

6 A “visão sobrevôo” faz referência ao fenomenólogo Merleau-Ponty (2006), autor que compreende o corpo próprio enquanto inserido no mundo, enquanto abertura para o espetáculo visível. O filósofo ressalta a diferença entre experienciar determinado objeto enquanto sujeito encarnado, de um “sobrevôo”

preponderante na geografia, abarcando práticas espaciais que ocorrem em uma escala geográfica muito reduzida, que o autor denomina de “nanoterritórios” (Souza, 2013).

Em síntese, acompanhando as proposições de Holzer (2013) e Serpa (2019), compreende-se o território enquanto uma essência que emerge no mundo da vida, onde configurações intersubjetivas manifestam limites e fronteiras, nas relações com o outro no cotidiano, nas mais diversas escalas. Assim, a alteridade revela-se como essencial para se pensar a microterritorialidade em seu sentido fenomenológico-existencial, ou seja, a relação originária com o “outro” que funda os limites, que inerentemente, envolve relações de poder. Uma proposição que se aproxima de perspectivas relacionais, como a de Souza (1995, 2013).

O diálogo interdisciplinar aporta-se aqui na pesquisa antropológica e no uso da etnografia, no lidar com o nível micro na pesquisa concreta. Destaco a antropologia urbana desenvolvida Néstor Perlongher (1987), que define sua investigação como exploratória, descritiva e qualitativa, com a observação de “microunidades relacionais”, de “microrredes relacionais”. Nas palavras do autor:

[...] a pesquisa antropológica no meio urbano centrar-se-à no nível **micro**; as relações interpessoais vão constituir, no dizer de Althabe, a “unidade local da etnologia urbana”. Aliás, esse nível **micro** é o lugar onde se processa a interiorização da “reprodução das relações sociais”, mas também pode funcionar como um lugar de resistência à ordem social dominante, onde se desenvolvem

objeto a partir da imaginação ou de uma representação. Ao usar o exemplo de seu apartamento, comenta que uma planta é uma “visão de cima”, uma perspectiva ampla, onde são resumidas, condensadas as diferentes perspectivas, as quais não são possíveis sem a mediação da experiência corporal. O sujeito encarnado estando imerso no apartamento, em sua mobilização, pode visar o objeto de diferentes “ângulos” e de maneira alternada.

fenômenos irreduzíveis ao nível **macro**. Não haveria, entre ambos os níveis, uma relação de causalidade fixada com antecedência, mas uma dinâmica de tensão contínua. Correlativamente, não será pertinente considerar o campo empírico como um plano de constatação de hipóteses rigorosamente pré-estabelecidas, mas enquanto local de experimentação conceitual. Assim, as noções instrumentais tenderão a seguir os movimentos reais das práticas observadas virando, se for preciso, flutuantes [...] (Perlongher, 1987, p. 28, destaques no original).

Perlongher (1987) justapõe a ideia de identidade com a de territorialidade, no intuito de evidenciar as tensões entre os níveis micro e macro da sociedade. A identidade destaca como os sujeitos significam suas práticas, uma “identificação” do agente em determinado sistema classificatório-relacional que irá exprimir o lugar que ocupa de maneira mais ou menos fluída em uma rede de sociabilidade. Ainda que a territorialidade não se resuma ao espaço físico, este é importante no delimitar de fronteiras difusas.

Acerca da sociabilidade Simmel (1983) a compreende enquanto categoria sociológica, uma forma autônoma ou lúdica de sociação, onde a relação com a sociação concreta é semelhante à relação do trabalho de arte com a realidade, onde se adquire somente aquilo que pode usar das existências e dinâmica da vida, possuindo um caráter inventivo e lúdico. Para Schutz (1979a) a sociabilidade se constitui através de atos comunicativos em que um “eu” se volta para os outros, apreendendo-os como pessoas que também se orientam para ele, processo que permite a constituição do “Nós”, onde há a união de pessoas que possuam um sistema de relevâncias suficientemente aproximado. O autor comenta a necessidade de um compartilhamento de tempo e espaço para se estabelecer a plena orientação para o outro, ou seja, uma interação face a face.

Tendo em vista o mundo da vida e a apreensão do conhecimento comum, cabe ressaltar duas noções chave da perspectiva de Schutz (1979a): “tipificação” e “zonas de relevância”. A primeira consiste em um sistema de tipos que organiza a reserva de conhecimentos de que as pessoas dispõem, sendo um dispositivo de interpretação, que remete ao que é estranho e ao que é familiar. Esses tipos são formados principalmente por “outros”, predecessores ou contemporâneos, quando apropriados tem a finalidade de possibilitar uma harmonia com coisas e homens. As zonas de relevância evidenciam tudo aquilo que se torna importante de maneira contextual, no espaço de possibilidade da minha ação, uma disposição para o entendimento ou não. As tipificações e zonas de relevância configuram províncias finitas de significado, universos com códigos particulares, que compõe a intersubjetividade.

Por fim, ao assinalar a opção pelo conceito de microterritorialidade, mais uma vez recorro ao diálogo interdisciplinar, visto que pensar a presença de pessoas que usam substâncias psicoativas ilícitas em geral, remete a discussão socioantropológica do “desvio” e do estigma. Como expõe Velho (2013) o debate acerca do “desvio”, remete tradicionalmente a uma perspectiva de patologia, onde o “desviante” é reconhecido a partir de uma dualidade médica, que distingue a pessoa “sã” da “não-sã”, o “normal” do “anormal”. Assim alguns indivíduos apresentariam características e comportamentos “patológicos”, que expressam sintomas e desequilíbrios, os quais poderiam ser diagnosticados e tratados. Este entendimento que reverbera no senso comum e muitas vezes enfatizado por órgãos de comunicação de massa. No entanto, esta noção é carregada de conotações problemáticas, pois a própria ideia de “desvio”, implica de certa forma a existência de um comportamento “médio” ou “ideal”, uma forma harmônica do “funcionamento social”. Para o autor a

peessoa rotulada como “desviante”, realiza uma leitura divergente, onde não vê o código sociocultural como sem significado, mas sim um significado diferente dos “ajustados”. O “desvio” evidencia o caráter multifacetado, dinâmico e ambíguo da cultura, uma constante construção e em permanente modificação.

Ao pensamos no uso de drogas ilícitas e a estigmatização, são importantes as considerações de Goffman (1980), acerca do estigma relacionado a uma culpa individual, percebida como vontade fraca, desonestidade, fraqueza moral. Uma forma de estigma que não é assumida como uma característica distintiva conhecida e/ou evidente, uma perspectiva do “desacreditável” (o autor fala também do “desacreditado” onde o estigma se vincula a uma característica perceptível, como uma distinção corporal). Na situação do desacreditável, pode haver o distanciamento tanto de pessoas próximas quanto de estranhos. No caso da dependência química, muitas vezes o estigmatizado busca primeiro esconder tal prática das pessoas mais íntimas, assim procura desenvolver suas práticas onde possa estabelecer certo anonimato.

Perlongher (1989) aponta que as trajetórias marginais (“desviantes” ou estigmatizadas), não intentam inverter os papéis normatizados, ou seja, a “normalidade”. Na verdade, afirmam uma “diferença intensa”, uma configuração desejante distinta. O elemento unificador dessas distintas formas de sociabilidade marginais seria um impulso de fuga da mesma normatividade. Como expõe Turra Neto (2013) são essas diferenças (qualificadas como “desvio”, estigmatizadas) que configuram limites e tensões que se explicitam no espaço público, lugar por excelência das experiências de alteridade e identidades, das microterritorialidades.

Tendo em vista o papel do “limite” na proposição do território em um sentido fenomenológico, Serpa (2019) argumenta que pensar o ser

território (assim como o ser lugar) também envolve pensar o poder, visto que seria impossível viver sem existência do poder, ou sem a experiência do mesmo. Porém, o poder deve ser retratado enquanto uma essência, um fenômeno vivido. Nesse sentido, são oportunas as indicações de Dreher (2011) acerca do poder em seu sentido fenomenológico. Inspirado em especial pelos trabalhos de Schutz, Berger e Luckmann, o autor destaca o papel do saber disponível ao sujeito e seus sistemas de relevâncias particulares, enquanto elementos importantes para a interpretação das relações de poder, visto que:

[...] no mundo-da-vida, nossa percepção e nosso pensamento são pré-constituídos por meio da socialidade, isto é, por meio de saber transmitido ao indivíduo através da socialização. Tipificações existentes dentro de um grupo social as quais determinam relações de poder e desigualdade social já se encontram, por essa razão, presentes em estruturas de consciência e influenciam a experiência de modo determinante (Dreher, 2011, p. 480).

Assim, as experiências da desigualdade e, acrescentaríamos da diferença e “desvio”, já se encontram relacionadas a tais estruturas, onde o sujeito em seus contextos interacionais percebe o poder na constituição de seu sistema de relevância (Dreher, 2011), pois como ressalta Schutz (1979a, p. 113):

[...] não somos somente centros de espontaneidade afetando o mundo e criando transformações dentro dele, mas também meros recipiendários passivos de eventos que estão fora de nosso controle, que ocorrem sem nossa interferência [...].

Schutz aponta que o indivíduo, em sua abertura ao mundo, sempre experimenta a si mesmo enquanto inserido em um contexto que o apela por definição, esta resulta de dois componentes: um oriundo da estrutura ontológica do mundo pré-dadas e outro

da situação biográfica do indivíduo, limitada a um estoque de saber específico. Sendo que a situação biográfica evidencia a espontaneidade do indivíduo no plano ontológico. Assim, ainda que a origem social do indivíduo defina sua estrutura de mundo, fornecendo um estoque de saber, os interesses constituídos no trajeto biográfico abrem possibilidade para voltar-se de maneira espontânea contra determinadas imposições (Dreher, 2011).

A partir das proposições de Holzer (2013) e Serpa (2019), parece-nos que é a alteridade que está no cerne do território em seu sentido fenomenológico, ou seja, é a relação originária com o “outro” que proporciona os limites, assim a essência do território seria a própria alteridade. Nesta articulação entre lugaridade e territorialidade, podemos conceber não só a imagem da intimidade e familiaridade, mas também indicações intersubjetivas, que remetem aos atravessamentos entre interioridade e exterioridade, em convergências e tensões entre grupos no cotidiano. Entendemos que, ao pensarmos a experiência espacial dos usuários de crack e/ou similares, tais tensões são imprescindíveis, visto que em suas permanências no espaço público, seu lidar cotidiano com o outro, é marcado por uma prática ilícita e uma série de interdições. Além disso, seus espaços de permanência não revelam a familiaridade e a topofilia.

Nesse sentido, em Dias (2021) a espacialidade cotidiana dos sujeitos fora distinguida, de maneira operacional, em três grupos de imagens fazendo referência: 1) ao espaço concreto, ao substrato material (Souza, 2013): descrição das características dos locais ocupados, onde se estabelece as atividades diárias e os trajetos; 2) microterritorialidade: descrição do grupo e seu *ethos*, as microunidades relacionais (Perlongher, 1987) evidenciando a diferença propriamente antropológica, as sociabilidades (Simmel,

1983) e o conhecimento comum que denota a intersubjetividade (Schutz, 1979a), assim como as normas e tensões, tanto externas (sociedade geral), como internas ao grupo, as relações de poder; e 3) lugaridade (Tuan, 1980, 1983): descrição das concepções e experiências particulares, vinculadas a uma biografia e trajetória específica, captadas a partir das falas dos indivíduos que integram o contexto. Aqui, o exercício reflexivo centra-se na microterritorialidade das pessoas que fazem uso de crack e/ou similares.

CENAS DE USO DE CRACK E/OU SIMILARES EM MEIO À PAISAGEM DO “VELHO CENTRO”: DAS FORMAS DE SOCIABILIDADE À MICROTERRITORIALIDADE

Caminhar pelas ruas do “velho centro” de Belém em um dia de semana, por volta das 15h, permite a qualquer um presenciar diversos tipos e grupos de pessoas que circulam pelo local, de maneira mais intensa no bairro da Campina que na Cidade Velha. Esses bairros são atravessados por discursos que atestam sua decadência e marcados por formas materiais que indicam certa obsolescência, porém expõe uma vitalidade popular em seu cotidiano. Interesses que gravitam em torno do comércio popular, de pontos turísticos e de serviços condensados ao longo do CHB. Neste sentido, ao pensar o uso de crack e/ou similares no espaço público, deve-se ter em vista estas outras permanências no local e suas formas de contato, entre acordos e conflitos, proximidades e distanciamentos.

Em campos estabelecidos no bairro da Campina em 2016-2017, que compõe trabalho anterior (Dias e Carvalho, 2022), já identificamos que a expressividade das cenas de uso se dá pela noite, quando os comércios encerram as atividades e diminui a circulação de pessoas nas ruas, indicando uma tática cíclica para as apropriações

de logradouros públicos. Ademais, também marcada por uma mobilidade, devido a aspectos naturais, quando determinado ponto não possui algum tipo de cobertura frente às chuvas, ou por conflitos com outros grupos; o que não impede pontos com uma fixidez maior. E, evidentemente, indicar que a expressividade é maior pela noite, não significa dizer que não se estabelece usos mais solitários durante o período diurno.

Durante a pesquisa de mestrado realizei 24 trabalhos de campo, quatro em 2019 e o restante em 2020⁷. Nos primeiros campos identifiquei algumas cenas de uso que me pareciam mais expressivas e acessíveis, sendo no bairro da Campina cinco pontos: 1) Pç. Waldemar Henrique, 2) antigo prédio da Receita Federal, 3) Pç. do pescador, 4) Pç. das Sereias; Já na Cidade Velha: 5) Pç. do Relógio, 6) Feira do Açaí e 7) na Pç. D. Pedro II. Foi ao longo desses pontos, que gravitaram minhas tentativas de estabelecer conexões com os sujeitos.

Para além dos riscos que envolvem adentrar as cenas de uso de crack e/ou similares, há o desafio que se estabelece na própria constituição de um diálogo com as pessoas que em tal contexto. Visando ampliar as possibilidades de estratégias de inserção (Becker, 1993), mas, também, de estabelecer uma relação de sensibilidade ética (Levinas, 1988) com os sujeitos, busquei integrar um grupo que realizasse ações solidárias com pessoas em situação de rua, de maneira a complementar as idas solitárias ao campo. Assim passei a integrar o grupo “Amigos em ação” e em conjunto com amigos, constitui o Movimento de Acolhimento de Pessoas em Situação de Rua (MAPSRUA)⁸. Mas sem perder de vista que a própria chegada

desses grupos, em geral de base religiosa⁹, altera a espontaneidade da cena.

No decorrer das idas ao campo e da espontaneidade das interações, passei a ter uma aproximação e vínculos mais intensos com determinados grupos e seus respectivos locais de repouso. Aqui não se trata mais de pontos de sobrevoos, mas de grupos com os quais desenvolvi diálogos, estes são identificados com o termo “parceiros”, visto que ao perguntar para uma pessoa que faz uso de crack, em situação de rua, se ele tinha amigos no local, ele responde: “Como diz assim, tem parceiro assim, amigo não tem não. Só o ‘Buarque’. (informação verbal)¹⁰”. Nas trilhas de Schutz (1979a), o termo “parceiro” é aqui entendido enquanto uma tipificação.

Na figura 1 estão representados, nas delimitações do CHB e sua zona de entorno, os cinco grupos com os quais interagi e seus locais de permanência (com a nomeação empregada pelos sujeitos), sendo respectivamente os parceiros da: 1) “Santo Antônio”, estes têm por local de repouso a frente de uma agência bancária na R. Santo Antônio, entre Av. Pres. Vargas e Trav. Frei Gil de Vila Nova; 2) “Calçada da Loja”, permanecem na calçada de uma loja de departamento em frente a Pç.

tatos mais fugazes. Já o MAPSRUA envolvia um circuito realizado a pé e atuava semanalmente (a depender das doações), com a distribuição de roupas, calçados e lençóis; mas também oferecendo livros, cadernos e informações acerca do aparato de assistência social de Belém. Atuava também com “pedidos”, garantindo certa pessoalidade, pois pegava o nome/ou alcunha da pessoa e na semana seguinte levava o item necessário. Com isso garantia não só um próximo encontro nesse universo fluído, mas principalmente uma visibilidade neste contexto de estigma, buscando o papel de “informado” nos termos de Goffman (1980), a pessoa que não é imbuída de estigma, mas consegue acessar o universo, ainda que de maneira limitada.

⁷ Interações que foram interrompidas de maneira abrupta devido à pandemia de Covid-19 em março de 2020.

⁸ O “Amigos em ação” realizava quinzenalmente doações de refeição, água, roupas e material de higiene pessoal. As ações chegavam a atender cerca de 100 pessoas em uma noite e abrangia uma área maior que o CHB, envolvendo con-

⁹ Em Dias (2021), já havíamos notado que muitos usuários evitam o uso na presença de tais grupos, como uma forma de respeito.

¹⁰ Entrevista concedida por “Junior” em 28 de fevereiro de 2020. Sujeito que no período da pesquisa dormia nas imediações da R. Santo Antônio entre Av. Pres. Vargas e Trav. Frei Gil de Vila Nova.

Pessoas que usam crack e sua microterritorialidade no centro histórico de Belém (PA): da cena de uso à geograficidade precária no espaço público
Alan Pereira Dias

das Sereias; 3) “Pç. Abandonada e entorno”, sujeitos que ocupam a Pç. Waldemar Henrique, sobretudo a sua concha acústica e os bancos da Pç. do Escoteiro; 4) “Calçada da Farmácia e entorno”, ocupam a calçada oposta a Pç. D. Pedro II, em especial a frente de uma farmácia; e 5) “Loja de Colchões”, no cruzamento da Av. Alm. Tamandaré com Av. 16 de Novembro.

Entre estes grupos, meus principais interlocutores foram “Junior”, “Buarque”, “Manuel” e “Jonas”, com quem consegui estabelecer para além de conversas informais, entrevistas ou diálogos em profundidade. Os três primeiros tinham por seu local de permanência a “Santo Antônio” e o último a “Calçada da Farmácia”, foram nestes pontos que mais estive presente ao longo do trabalho.

“Junior”, “Buarque” e “Manuel” integram os parceiros da “Santo Antônio”, estes se estabelecem em frente a uma agência bancária, utilizando durante a noite a calçada e as muretas do prédio para dormir, às vezes utilizam a calçada do lado oposto para a mesma função, porém um conflito com o dono de um estabelecimento, criava certos impedimentos. Neste agrupamento as cenas de uso de crack e/ou similares são menos expressivas, os integrantes em geral possuem formas de controle do uso mais eficientes, tendo entre eles laços precários, porém com certa estabilidade.

Ao longo das interações pude identificar que em geral as pessoas que se dirigiam para a “Santo Antônio”, buscavam certa tranquilidade e segurança, o que estaria vinculada a antiga delegacia que ficava ao lado da agência bancária. Porém, no momento da pesquisa, esta delegacia já estava desativada havia muitos anos, ainda assim, se dirigiam para lá pessoas que

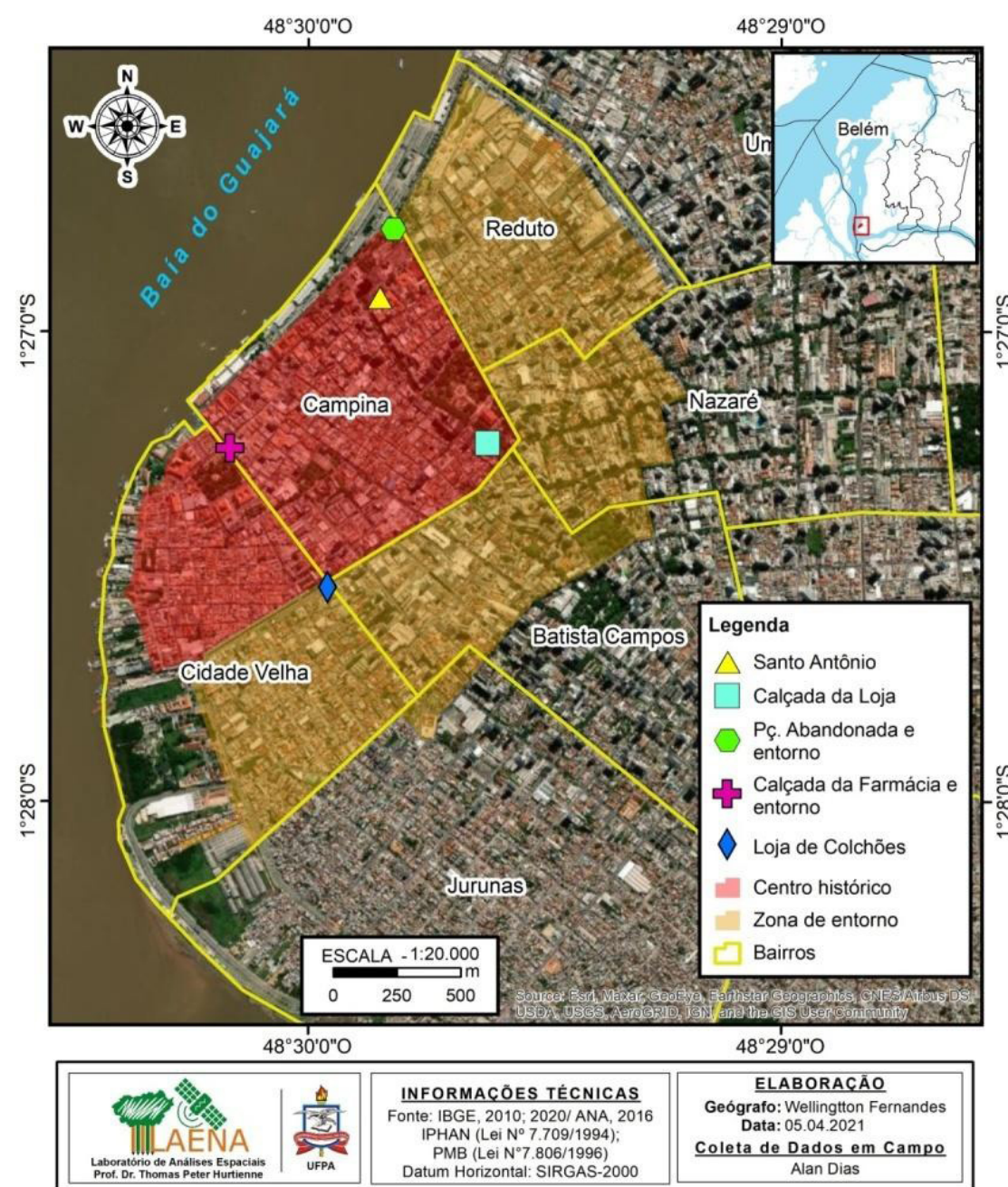


Figura 1 – Localização grupos de parceiros no Centro Histórico de Belém em mar. de 2020.
Fonte: Alan Dias, 2021.

não buscavam excessos em relação ao uso de drogas, ou como os interlocutores diziam, usando uma expressão popular, o “rock doido”.

Meu principal interlocutor, “Junior”, um homem branco com 43 anos de idade, na época da pesquisa atuava com a coleta de latinhas e parou os estudos no ensino médio. Relatou que já estava há 15 anos em situação de rua, por conta de problemas familiares e o posterior uso de drogas.

Já “Buarque”, um homem pardo, com 55 anos de idade, relatou possuir o ensino superior incompleto e que chegou a ficar em situação de rua por conta da perda de emprego, problemas familiares e devido ao envolvimento com drogas. No momento da pesquisa, disse possuir um “quarto” (palavras dele) na casa de irmãos, podendo às vezes dormir na rua. Ele conseguia seus recursos lavando carros no entorno da “Santo Antônio”.

Outro parceiro da “Santo Antônio” era “Manuel”, um homem preto, que na época tinha 45 anos de idade, já estava em situação de rua desde os 12 anos, devido, inicialmente, questões familiares e, posteriormente, ao seu envolvimento com drogas e práticas criminosas, que fizera questão de destacar que não fazia mais. Relatou que não completou o ensino fundamental e que realiza alguns “bicos” quando pode, mas em geral pratica mendicância.

Já na “Calçada da Farmácia”, onde se estabelece “Jonas”, há uma cena de uso mais expressiva e constante. Em todas as minhas visitas presenciei o uso de crack e/ou similares, que ocorria em diversos trios, os quais, ainda que próximos em distância física, não eram coesos. Além das situações de uso de substâncias psicoativas, não presenciei outras práticas compartilhadas, evidenciando laços mais frágeis entre os sujeitos, o que pode estar relacionado ao próprio fato ser um espaço com uso de drogas mais intenso.

No momento da pesquisa “Jonas” tinha 30 anos de idade, um homem que se identifica como pardo e possuía o ensino

fundamental completo. Relata que começou a usar crack antes de ir para a rua, ainda no seu antigo emprego como motorista de ônibus. Ao perguntar como ele se mantém financeiramente no momento, responde que quando trabalhava como motorista sofreu um assalto onde foi baleado (inclusive me mostra a cicatriz na barriga), então passou a receber um benefício, que ele aponta não ser suficiente para ajudar sua mãe e seus dois filhos, ou para poder alugar um quarto para ele. Ainda que passe boa parte do tempo na rua, por motivações familiares, ele relata que volta para a residência da sua mãe por volta das 7h/8h, onde almoça e realiza suas práticas de higiene. Já pela tarde, ou de noite, retorna à rua, onde algumas vezes acaba ficando por mais tempo, uma rotina que já durava três anos.

As cenas de uso de crack e/ou similares no CHB evidenciam não só um contexto de estigmatização, mas, também, de precariedade material, em geral agrupando pessoas em situação de rua, ou que passavam boa parte do tempo em espaços públicos. Ademais, indivíduos que atuam em trabalhos informais, esporádicos ou na prática de mendicância. Nesse sentido, tenho optado pelo conceito de desfiliação social de Castel (1997), para caracterizar este cenário, pois articula precariedade material e os aspectos afetivos, como laços sociais desfeitos e o estigma. Além disso, propõe um entendimento da marginalização enquanto um processo de uma dinâmica da exclusão, com a agregação de elementos dessocializantes antes de se alcançar uma zona limite, no caso da desfiliação. Dessa forma, este conceito permite identificar as matizes entre uma pobreza minimamente integrada, seja em laços comunitários, programas sociais, ajudas solidárias; de outros grupos muitas vezes rechaçados socialmente e considerados indignos de tais filiações.

A forma de sociabilidade nas cenas se configura na parceria, uma interação marcada por intensa fluidez do uso de substâncias

psicoativas lícitas e ilícitas, distinta da amizade (que exigiria uma relação de confiança mais intensa). Ainda que diversas vezes e em distintas cenas de uso, pude presenciar relações fraternais e eufóricas entre os indivíduos durante o uso de determinada droga, esta fraternidade não se reproduzia em outros momentos. Às vezes os sujeitos não conseguiam nem lembrar com quem havia compartilhado uma tragada, ou pouco sabiam dizer sobre a pessoa. O que pode resultar não só de um estado alterado de consciência, mas do próprio estigma da prática e a busca de anonimato, entre este *ethos* dificilmente circulam nomes, geralmente alcunhas, que muitas vezes evocam aspectos mais genéricos, por exemplo, durante a pesquisa fui apresentado a três “loirinhos” e dois “neguinhos”.

A parceria se constitui pela prática do uso de drogas, mas também pela própria permanência no CHB. Em uma determinada cena, podemos encontrar “veteranos” ou recém chegados, desde aqueles que se deslocam somente para fazer o uso, como aqueles que já se encontram por mais tempo em situação de rua. Além disso, entre os que já “vivem” por mais tempo na rua, é comum o deslocamento entre os pontos, o que ocorre por conflitos, entre parceiros ou com externos a cena. Às vezes se distingue pela expressividade do uso de drogas, por exemplo, a Calçada da Farmácia agrupa aqueles que fazem uso mais intenso, ocorrendo uma mobilidade de pessoas, sem muita coesão de grupo. Por outro lado, na “Santo Antônio”, os parceiros buscavam certa tranquilidade, o que evidenciava uma certa estabilidade dos indivíduos lá presentes, com um senso de agrupamento mais forte.

Ao acessar as trajetórias de pessoas que fazem uso de crack e/ou similares no CHB, evidencia-se uma correlação intensa a rua e um padrão de uso de drogas “disfuncional” ou “prejudicial”, onde se estabelece para além de implicações à saúde, problemas sociais

e econômicos, como a perda de emprego e conflitos familiares (Araujo, 2017). Tais situações contribuem para a desfiliação, visto que o sujeito fragiliza dois elementos de coesão social, sua integração pelo trabalho e sua inserção relacional. Além disso, destacamos o protagonismo ao estigma do “desacreditável” (Goffman, 1980), relacionado a uma culpa individual, uma “vontade fraca” ou fraqueza moral, onde a pessoa busca esconder o uso de drogas, não somente de estranhos, mas também de familiares e amigos, o que entendemos motivar o movimento para a rua, sobretudo para os espaços públicos “esvaziados”, em busca de anonimato.

Ao longo das falas de “Junior”, “Jonas” e “Manuel”, se evidenciam motivações relacionadas a problemas familiares como fagulhas para o encaminhamento à rua, onde o contato com a droga catalisa tal engajamento que os leva a configurar um habitar a rua. De maneira a evidenciar as implicações no espaço existencial, identificamos esse processo com a palavra “exílio”. Como expõe Dardel (2005), é próprio ao ser humano a necessidade de direções, de marcadores para se orientar, como a casa da família, locais de lazer, os trajetos cotidianos, ressaltando que o homem expatriado é um homem desorientado.

Ao fragmentar por completo o movimento pendular entre a casa e a rua, no pleno estabelecimento da situação de rua, o indivíduo passa a enfrentar novos desafios inerentes a essa nova forma de habitar e suas circunstâncias de vulnerabilidade e marginalização. Sobretudo no caso da pessoa que faz uso de crack e similares, há uma peculiaridade espacial em sua desfiliação, os sujeitos não só se descolam de suas realidades familiares, sociais e econômicas. Há um desmembramento de seu próprio espaço existencial. São “exilados” de seus ambientes biográficos. Na ausência de pontos de referência, são de certa forma, atraídos pelo pólo de anonimato e mobilidade da cidade, suas centralidades. São como “estrangeiros”, embaralham os termos de proximidade e distância no contexto em que se inserem.

É a partir dessa geograficidade precária, de tais desorientações que se compõe o agrupamento de pessoas que usam crack e/ou similares no CHB. A microterritorialização se evidencia a partir do encontro entre sujeitos que estabelecem usos prejudiciais da droga, em processo de “exílio”, ou em plena situação de rua, visando compor espaços onde possam estabelecer suas práticas, constituindo convergências intersubjetivas. Ainda que precárias e limitadas, os sistemas de tipificações e zonas de relevância, não só compõe um conhecimento e vocabulário específico, mas também uma série de posturas e rituais, que permitem a distinção entre um parceiro ou um externo à cena, ou seja, interações não protocolares em um ambiente de práticas qualificadas como ilegais, que é envolto em desconfiança, mas também de intensa fluidez.

Em ambos os grupos de parceiros, a microterritorialidade se evidencia com táticas cíclicas e móveis. No primeiro caso, para além de certa “conformação” com os ritmos diurnos e noturnos do bairro, o engajamento no uso de drogas ilícitas exige recursos, por isso os sujeitos passam o dia procurando “bicos”, ou alguma forma de arrecadar dinheiro. O caráter móvel da cena se evidencia pelo deslocamento, dependendo de fatores como denúncias de moradores do bairro e incursões policiais, ou de elementos como a chuva que inibe as cenas em pontos descobertos. Porém, o mais comum era o deslocamento de indivíduos por uma sensação de insegurança, “Junior”, por vezes expressava esse sentimento de que tinha que ir para outro ponto, ainda que sem citar motivo concreto. Há também os casos em que o parceiro ficava “marcado”, pela prática de furto e roubo ou por dívidas com o tráfico.

De maneira concreta a microterritorialização dos sujeitos se evidencia por sua presença, mas também por suas “extensões”, seus pertences. São as sacolas plásticas com roupas suspensas em galhos

de árvores ou protuberâncias de muros e grades, os papelões no chão, demarcações tanto para os externos ao grupo, mas também para os internos, do espaço pessoal. Elementos que indicam suas bricolagens, adaptações ao espaço que não fora projetado para aquele habitar (Certeau, 1998). Mesmo nos horários diurnos, onde os sujeitos podem estar ausentes dos locais ocupados, se expressam limites, onde muitas pessoas possuem receio de atravessar tais locais e, sobretudo, de permanecer neles. Os microterritórios forjados pelos sujeitos abarcam seus espaços de permanência e repouso, são configurados de maneira precária, empregando táticas inventivas na constituição de abrigos improvisados, alguns pedaços de papelão e pertences. De maneira mais explícita, a microterritorialidade se expressa no próprio corpo do usuário que demarca seu espaço, a partir de sua prática rotulada como desviante, que produz afastamentos e contenções.

Cabe destacar, que tais microterritorialidades não compõem enclaves ou uma espacialidade incomunicável, com limites intransponíveis. Podemos pensar tais fronteiras como as províncias finitas de significado que nos alude Schutz (1979b), não se resumindo a estrutura de objetos em determinada realidade, mas fazendo referência à própria experiência. Porém, é importante dizer que o território em ato, sua travessia, não se exerce por simples transições de consciência, mas envolve o sujeito encarnado, tangível. Há sempre uma implicação no aproximar, um esforço para adentrá-lo, e aludindo a perspectiva ética de Levinas (1988), este pode se expressar pela violência, ou pelo diálogo. Por diplomacias que não intentem o aniquilamento do limite, ou a dominação de seu “conteúdo”, mas ao menos “pontos de contato”, que possivelmente não alcançam uma plena “convergência de horizontes”.

Para além do aspecto ético, o contexto até aqui exposto, impõe também a necessidade de uma reflexão acerca da política que envolve tal microterritorialidade. Aqui, alude-se a política em sentido amplo, como expressão e modo de controle dos conflitos sociais, arte ou ciência de governar (Castro, 2010). Que envolve relações de poder que não se restringem ao nível do Estado, mas envolvem uma diversidade atores sociais (institucionais ou não) e expressam uma micropolítica, acertos informais (por vezes ilegais), os quais também mobilizam conflitos e distensões (Perlongher, 1987; Souza, 1995, 2013; Turra Neto, 2013). Tais embates micropolíticos animam também a formulação de políticas públicas, os resultados (*outputs*) da ação política institucional (Rua, 1997).

Ferreira e Marandola Jr. (2017) destacam a importância da perspectiva fenomenológica para se pensar as políticas públicas. Os autores apontam a importância do mundo da vida, para se propor e pensar as definições (no caso das políticas de adaptação as mudanças climáticas), de maneira a superar o processo *top-down*, ou seja, a desconsideração dos sujeitos implicados por determinada política, mas somente o conhecimento dos pontos mais elevados da institucionalidade ou do pensamento científico.

No caso das cenas de uso de crack e/ou similares, também se evidencia a importância de não só se aprimorar o conhecimento acerca desse grupo, mas acessar e levar em conta os conhecimentos que os próprios sujeitos têm de sua realidade, suas inventividades, na constituição de políticas públicas. Isso não só constitui autonomia, tanto nos processos de superação da realidade, mas também na constituição de uma coexistência possível entre os que compõem a cena e os externos, a sociedade em geral. O que certamente não é tarefa fácil, mas envolve de maneira central acessar tais geograficidades, seus sistemas de tipificação e relevância.

Para além de acessar o mundo da vida dos sujeitos, há também outra tarefa árdua, superar o estigma que recai sobre pessoas que fazem o uso de drogas ilícitas, que catalizam forças fóbicas e imagens do “inimigo interno”, dos temores urbanos personificados no “nóia”, o “cracudo”, “drogado”, etc. Todo momento em que se acende uma pedra no cachimbo, se estabelece um desafio à normatividade e estatutos jurídicos, ou seja, uma territorialidade desejante. Um desafio não consciente, pois como expõe Perlongher (1989), tais mobilidades marginais e desejantes não intentam nenhuma conversão da sociedade, porém afirmam uma diferença intensa.

Inspirados em Schutz (1979a), entendemos que a superação perpassa pelos sistemas de tipos e zonas de relevância, na necessidade de confluências entre o usuário de drogas ilícitas e os não usuários, que permita transpor a externalidade extrema e violenta. Um processo que envolve a “pré-política”, a que se estabelece no mundo da vida (Srubar, 2011)¹¹, na proximidade do cotidiano, que permita a reconstrução das condições sociais de intersubjetividade, uma nova generalização dos sistemas de interpretação legitimadores, assim como à auto-limitação do poder de ação, que permita uma reciprocidade entre os diferentes.

Nesse sentido, Adorno (2017) destaca a necessidade de identificar o “desvio” dos sujeitos que compõem as cenas abertas de uso de crack e/ou similares em um sentido não moralista, entendendo enquanto uma leitura diferente sobre a vida em sociedade, onde o uso de drogas é parte do modo de existir, formas autônomas de administrar prazeres e desejos. Destacando, também, que tais sujeitos devem ser focalizados de maneira integrada as estruturas sociais, onde se evidencia a desigualdade econômica e discriminações de raça, etnia,

¹¹ Srubar (2011) parte do pensamento de Schutz, no intuito de abordar a “pré-política”, a política que emerge do mundo da vida.

gênero, etc.; de tal forma que a “rua”, as “cracolândias”, expressam um espaço de fuga frente a problemas familiares e contextos sociais de pobreza, mas também de resistência a repressão e violência perpetrada pelo Estado. Assim, o autor aponta a necessidade de respeitar a autonomia da pessoa, entendendo que a problemática das drogas não pode ser entendida de maneira simplória, como algo ilegal, imoral ou patológico.

Acerca do uso prejudicial de drogas, Bortolozzi Jr. (2018) propõe uma perspectiva de “re-existência”, onde há um deslocamento semântico de “sujeitos de risco”, “perigosos” para “sujeitos em risco”, que necessitam de um empoderamento para gerir os riscos relacionados ao uso de substâncias psicoativas, de maneira a evitar a letalidade e violência resultantes da política proibicionista de drogas, a qual o autor compreende enquanto um governo necropolítico. Segundo o autor, a re-existência se expressa em saberes e práticas como: ações de redução de danos, descriminalização do consumo e regulamentação das drogas.

Tais proposições permitem esboçar, de maneira concreta, que um horizonte político de transformação e/ou mitigação dos aspectos negativos das cenas de uso de crack e/ou similares, deve promover enlases sob o prisma da política da redução de danos, entre: 1) o mundo cotidiano da “rua”, a “voz” e a vivência dos usuários de drogas; 2) o aparato de assistência social do Estado; e 3) as mobilizações civis, agregando os movimentos sociais, políticos, populares, acadêmicos e mesmo os grupos de ações solidárias de cunho laico e/ou religioso, não moralistas. ○

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa identificou-se que os sujeitos que integram as cenas de uso de crack e/ou similares no espaço público estão

imersos em contextos de vulnerabilidade e desfiliação social, onde o uso prejudicial de tais substâncias e tensões familiares catalisam impulsos para a rua. O microterritório se evidencia a partir do encontro entre sujeitos que usam tais substâncias, no movimento pendular entre a casa e a rua, ou em plena situação de rua, visando compor espaços onde possam estabelecer suas práticas, convergências intersubjetivas, com o emprego de sistemas de tipificação limitados. Assim, a pessoa que faz uso de crack e/ou similares apresenta uma peculiaridade espacial em sua desfiliação, visto que não só se descolam de suas realidades familiares, sociais e econômicas, mas há um desmembramento de seu próprio espaço existencial, compondo uma geograficidade precária.

As microterritorialidades aqui investigadas não expressam enclaves ou uma espacialidade incomunicável, com limites intransponíveis. Na verdade, compõe províncias finitas de significado, ainda que o ato de sua travessia, não se exerce por simples transições de consciência, mas envolve o sujeito encarnado, com seus temores e preconceitos. Uma perspectiva ético-política de transformação e/ou mitigação dos aspectos negativos, necessita se estabelecer a partir do diálogo, do acolhimento dessa diferença intensa. Uma diplomacia que não intente o aniquilamento do limite, ou a dominação de seu “conteúdo”, mas ao menos “pontos de contato”, que possibilite uma nova generalização dos sistemas de interpretação legitimadores, uma auto-limitação do poder de ação, que permita a constituição recíproca entre os diferentes.

REFERÊNCIAS

ADORNO, R. Sobre drogas, rua e autonomia: entre razões repressivas e razões sanitárias. In: FIGUEIREDO, R.; FEFFERMANN, M.; ADORNO,

Pessoas que usam crack e sua microterritorialidade no centro histórico de Belém (PA): da cena de uso à geograficidade precária no espaço público
Alan Pereira Dias

R. (org.). **Drogas e sociedade contemporânea**: perspectivas para além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017. p. 23-32.

ARAUJO, T. **Guia sobre drogas para jornalistas**. São Paulo: IBCCRIM-PBPD-Catalize-SSRC, 2017.

BASTOS, F. I.; BERTONI, N. O cenário do consumo de crack e o Inquérito Nacional sobre Crack, 2012. In: BASTOS, F. I.; BERTONI, N. (org.). **Pesquisa nacional sobre o uso de crack**: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?. Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2014. p. 131-146.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

BORTOLOZZI JR., F. **“Resistir para re-existir”**: criminologia (d)e resistência diante do governo necropolítico das drogas. 2018. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

CASTRO, I. E. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DIÁRIO ONLINE. Centro de Belém cede espaço para a cracolândia. Belém, fev. 2013.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CRACOLÂNDIAS se espalham por ruas e bairros de Belém. **ORM**, Belém set. 2017.

DARDEL, E. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2005.

DE PAULA, F. C. Sobre a dimensão vivida do território: tendências e a contribuição da fenomenologia. **GeoTextos**, v. 7, n. 1, p. 105-126, 2011.

DIAS, A. P. **A experiência espacial de pessoas que usam crack e/ou similares no Centro Histórico de Belém-PA**: territorialidade e lugaridade no espaço público. 2021. 200 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

DIAS, A. P.; CARVALHO, R. S. Usuários de crack e/ou similares na área central de Belém-PA: microterritorialidade e precariedade no espaço público. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 14, n. 3, p. 33-48, 2022.

DREHER, J. Fenomenologia do poder. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 474-490, set.-dez. 2011.

FERREIRA, R. B.; MARANDOLA JR., E. Políticas de adaptação à luz do mundo-da-vida: perspectiva fenomenológica das mudanças ambientais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 42, 2017.

FRÚGOLI JR., H.; CAVALCANTI, M. Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Anuário Antropológico**, v. 38, n. 2, p. 73-97, 2013.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HOLZER, W. **Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar**: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI. 1998. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 1998.

HOLZER, W. Sobre territórios e lugaridades. **Revista Cidades**, v. 10, n. 17, 2013.

LEVINAS, E. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1988.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Pessoas que usam crack e sua microterritorialidade no centro histórico de Belém (PA): da cena de uso à geograficidade precária no espaço público
Alan Pereira Dias

PERLONGHER, N. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

PERLONGHER, N. Territórios marginais. **Papéis avulsos, Rev. da Escola de Comunicação da UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 6, 1989.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. **Washington, Indes/BID**, 1997.

SCHUTZ, A. O cenário cognitivo do mundo da vida. In: WAGNER, H. R. (org.). **Fenomenologia e relações sociais**: textos escolhidos de Alfred Schütz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979a. p. 79-122.

SCHUTZ, A. Reinos da experiência. In: WAGNER, H. R. (org.). **Fenomenologia e relações sociais**: textos escolhidos de Alfred Schutz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979b. p. 241-260.

SERPA, A. **Por uma geografia dos espaços vividos**: geografia e fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2019.

SIMMEL, G. Como as formas sociais se mantêm. In: MORAES FILHO, E. (org.). **Georg Simmel**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-58.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al. (org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SRUBAR, I. De onde vem “a política”? Sobre o problema da transcendência no mundo da vida. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 11, n. 3, p. 455-473, 2011.

TRINDADE JR., S. C. C.; AMARAL, M. D. B. Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 111, p. 73-103, 2006.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1993.

TURRA NETO, N. Microterritorialidades nas cidades (apresentação). **Cidades**, v. 10, n. 17, 2013.

VELHO, G. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social. In: VIANNA, H.; KUSCHNIR, K.; CASTRO, C. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 28-40.

Submetido em novembro de 2023.

Revisado em janeiro de 2023;

Aceito em março de 2024.